

1. Considerando os tributos municipais, assinale a alternativa CORRETA.
 - a) O imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis abrange os direitos reais sobre imóveis, bem como a cessão de direitos para sua aquisição.
 - b) O imposto sobre propriedade territorial urbana poderá ser progressivo, tanto no tempo, quanto em função do valor do imóvel, podendo variar as alíquotas em razão da localização e do uso do bem.
 - c) O imposto sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, deve ter base de cálculo distinta da definida para o imposto sobre circulação de mercadorias.
 - d) na fusão entre pessoas jurídicas, incidirá o imposto sobre transmissão inter vivos, exceto se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda ou locação de bens imóveis.
 - e) O imposto sobre propriedade territorial urbana não incidirá em imóveis que constituam terreno de marinha, para não haver bitributação.
2. Considerando as regras constitucionais de repartição das receitas tributárias, assinale a alternativa CORRETA.
 - a) Do montante que receberem decorrente da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento.
 - b) Do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, quinze por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
 - c) Do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento serão distribuídos, em parcelas distintas, entre os Estados e Distrito Federal, Municípios e programas de financiamento para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
 - d) Do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal.
 - e) A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a quinze por cento do montante resultante da distribuição do imposto sobre produtos industrializados, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha.
3. Considerando o imposto sobre serviço de qualquer natureza, assinale a alternativa CORRETA.
 - a) Lei complementar estadual deverá fixar as alíquotas máximas e mínimas a serem praticadas pelos Municípios.
 - b) Lei complementar deverá estabelecer alíquotas reduzidas para a incidência em exportações de serviços para o exterior.
 - c) O imposto sobre serviços incide sobre operação de locação de bens móveis.
 - d) No arrendamento mercantil, na modalidade de leasing financeiro, não há prestação de serviço, não sendo possível a cobrança de imposto sobre serviço.
 - e) Lei complementar federal regulará a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados pelos Municípios.
4. Considerando a repartição de receitas tributárias entre os entes federativos, assinale a alternativa CORRETA.
 - a) Pertencem aos Estados e Distrito Federal vinte por cento da arrecadação do imposto extraordinário instituído pela União em caso de guerra externa.
 - b) Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo-lhes setenta e cinco por cento se executarem a fiscalização e cobrança do tributo diretamente.
 - c) Pertencem aos municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - d) Pertencem aos Estados o produto da arrecadação do imposto sobre a renda, de qualquer natureza e origem, pagos pelos servidores públicos estaduais, bem como pelos empregados de autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.
 - e) Pertencem aos Municípios quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
5. De acordo com as definições do Código Tributário Nacional sobre tributo, assinale a alternativa CORRETA.
 - a) Os tributos, como mecanismos de arrecadação estatal, possuem natureza de contraprestação.
 - b) Os tributos são obrigações sinalagmáticas mantidas entre o Estado e o contribuinte.
 - c) O fato gerador é o elemento de definição da natureza jurídica específica do tributo.
 - d) A destinação legal conferida ao produto da arrecadação de um tributo qualifica sua natureza jurídica.
 - e) Um ato ilícito não pode resultar em fato gerador de tributo.

6. Analise as assertivas sobre tratamento normativo dos impostos e assinale a alternativa CORRETA.
- a) Imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que decorre de atividade estatal específica.
 - b) Será válida a incidência concomitante de dois impostos diferentes em uma mesma situação de fato, desde que tenham hipóteses de incidências específicas e distintas.
 - c) Os impostos, para integrarem o sistema tributário nacional, devem estar disciplinados na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional.
 - d) O imposto instituído por um ente federativo deverá ser cobrado e fiscalizado pelo próprio ente federativo.
 - e) A lei que criar um imposto não poderá se utilizar de conceitos jurídicos próprios, restringindo, para fins tributários, definições legais contidas em outras leis.
7. Considerando o tratamento normativo sobre fato gerador e base de cálculo de tributos, assinale a alternativa CORRETA.
- a) Na definição da base de cálculo de um tributo, não poderá ser considerada uma situação presumida.
 - b) Ao fixar a base de cálculo de um tributo, a lei tributária deverá conter mecanismo de correção do valor, para garantir sua estabilidade.
 - c) Ao estabelecer mecanismos de dedução na base de cálculo, a lei não poderá limitar o valor máximo de dedução, devendo a autoridade tributária demonstrar a irregularidade no valor deduzido.
 - d) As operações e contratos realizados em moeda estrangeira, se constituírem fato gerador de tributo em território nacional, serão convertidas para moeda nacional, adotada a cotação fixada no primeiro dia útil de cada mês-calendário.
 - e) A lei poderá atribuir valores prefixados a determinadas operações comerciais, desconsiderando o valor efetivamente praticado na operação.
8. Sobre obrigação tributária, assinale a alternativa CORRETA.
- a) Tanto a obrigação tributária principal, quanto a obrigação tributária acessória, dependem da ocorrência do fato gerador.
 - b) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
 - c) A obrigação acessória tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.
 - d) A obrigação principal tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
 - e) A obrigação acessória se extingue com o pagamento do tributo.
9. Sobre interpretação e integração da legislação tributária, assinale a alternativa CORRETA.
- a) Ao intérprete da lei tributária é permitido o uso da analogia, que poderá excluir ou resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
 - b) De acordo com o Código Tributário Nacional, quando utilizados na interpretação os princípios gerais de direito privado, estes servirão para definir o conteúdo e o alcance de seus institutos, conceitos e formas e os respectivos efeitos tributários.
 - c) A interpretação literal deverá ser utilizada pelo intérprete quando a interpretação teleológica não se mostrar suficiente para resolver a dúvida na aplicação da regra tributária.
 - d) Na regra do Código Tributário Nacional, o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
 - e) As autoridades tributárias poderão divulgar atos declaratórios interpretativos, que terão função vinculante para os contribuintes e indicativa para o fisco.
10. Considerando o disposto no Código Tributário Nacional sobre a interpretação de lei tributária que define infrações ou comine penalidades, assinale a alternativa CORRETA.
- a) A interpretação tributária será a mais favorável ao contribuinte nas hipóteses em que o fato configure crime.
 - b) A lei tributária será interpretada de forma mais favorável ao contribuinte em caso de dúvida, excluídas as regras que tratem da capitulação legal do fato.
 - c) Na graduação da penalidade a ser aplicada ao contribuinte, havendo dúvida, a punição não poderá ser abrandada.
 - d) A dúvida do fisco quanto à autoria, imputabilidade ou punibilidade implicará em interpretação mais benéfica ao contribuinte.
 - e) A natureza ou as circunstâncias materiais do fato, ao contrário da natureza e extensão dos seus efeitos, não poderão ser objeto de interpretação mais favorável ao contribuinte.

- 11.** Sobre Fato Gerador, assinale a alternativa CORRETA.
- a** Fato gerador é o fato ou conjunto de fatos, ou estado de fato ao qual o legislador vincula o nascimento da obrigação jurídica de pagar determinado tributo.
 - b** O fato gerador depende, para sua validade, da capacidade civil do contribuinte.
 - c** Fato gerador da obrigação acessória é situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação principal.
 - d** A lei não poderá desconsiderar que o fato gerador considera-se ocorrido, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que se produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - e** Em se tratando de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador desde o momento em que tal situação esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável, vedado a interferência do legislador tributário.
- 12.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional sobre sujeito passivo da obrigação tributária, assinale a alternativa CORRETA.
- a** Consideram-se solidariamente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador, quer da obrigação principal, quer da obrigação acessória.
 - b** Ao cobrar os responsáveis tributários, o fisco deverá obedecer a sequência decrescente de participação no fato gerador.
 - c** A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se concedida pessoalmente a um deles, caso em que o saldo do tributo permanecerá de responsabilidade solidária dos demais obrigados.
 - d** O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita apenas àquele que efetivamente cumpriu a obrigação.
 - e** A interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados não favorece aos demais.
- 13.** Tratando do domicílio tributário, assinale a alternativa CORRETA segundo o Código Tributário Nacional.
- a** As autarquias estaduais terão domicílio tributário na capital do Estado que as instituiu.
 - b** As empresas privadas terão domicílio tributário em cada um dos estabelecimentos que mantenham.
 - c** As pessoas físicas terão como domicílio tributário o local habitual de sua atividade.
 - d** As firmas individuais terão domicílio tributário coincidente com o da pessoa física.
 - e** Quando o fisco demonstrar que o domicílio eleito pelo contribuinte dificulta a arrecadação ou a fiscalização do tributo, o domicílio poderá ser recusado.
- 14.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional sobre fato gerador, assinale a alternativa CORRETA.
- a** Salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, sendo suspensiva a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
 - b** A autoridade administrativa poderá desconsiderar negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
 - c** Na interpretação da definição legal do fato gerador o aspecto formal prevalece sobre os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
 - d** Em negócio submetido a condição suspensiva, mesmo que desfeito o contrato antes da implementação da condição, ter-se-á como ocorrido o fato gerador.
 - e** Somente dos atos praticados pelos contribuintes será possível configurar-se o fato gerador.
- 15.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional sobre obrigação tributária, assinale a alternativa CORRETA.
- a** Ao sujeito passivo da obrigação principal incumbe o cumprimento das formalidades imprescindíveis à fiscalização.
 - b** Ao sujeito passivo da obrigação acessória incumbe o pagamento das multas aplicadas ao contribuinte.
 - c** Salvo se houver lei em sentido contrário, o locador não pode opor à Fazenda Pública Municipal a regra do contrato de locação que impuser ao inquilino a obrigação de pagamento do imposto predial territorial urbano.
 - d** Denomina-se responsável ao sujeito passivo da obrigação acessória quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
 - e** Diz-se contribuinte o sujeito passivo da obrigação acessória que tenha relação direta com os procedimentos formais decorrentes da relação tributária.

- 16.** Considerando o que estabelece o Código Tributário Nacional sobre a responsabilidade de terceiros, assinale a alternativa CORRETA.
- a** Os pais são solidariamente responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores enquanto não emancipados.
 - b** O inventariante responde solidariamente pelos tributos devidos pelo espólio, enquanto não encerrado o inventário.
 - c** O síndico responde solidariamente apenas pelas penalidades aplicadas à massa falida.
 - d** Somente será atingido o patrimônio do tutor solidariamente responsável pelos tributos devidos por seus tutelados quando encerrada a capacidade de pagamento do patrimônio destes.
 - e** Os diretores de pessoas jurídicas privadas respondem pessoalmente pelos créditos tributários correspondentes a obrigações tributárias que decorram de atos praticados com infração do contrato social.
- 17.** Assinale a alternativa CORRETA quanto à responsabilidade por infrações, na forma definida pelo Código Tributário Nacional.
- a** Iniciada qualquer medida de fiscalização relacionada com a infração, ainda que o contribuinte confesse o ato, não será considerada espontânea a denúncia.
 - b** Havendo denúncia espontânea pelo contribuinte, enquanto não encerrada a fiscalização, a responsabilidade pela infração é excluída acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
 - c** Exceto se houver lei em sentido contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
 - d** A responsabilidade será pessoal do agente que, no exercício regular de administração, praticar infrações que configurem crimes.
 - e** A responsabilidade será da pessoa jurídica de direito privado nos atos praticados por seus diretores que resultem em infrações, ainda que contra elas praticados.
- 18.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.
- a** A suspensão da exigibilidade do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias vinculadas à obrigação principal.
 - b** A suspensão da exigibilidade do crédito tributário pode, dentre outras hipóteses, decorrer do depósito de cinquenta por cento do tributo em discussão ou da concessão de medida liminar em processo judicial.
 - c** Como causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, a moratória pode abranger, inclusive, casos de dolo ou simulação do sujeito passivo.
 - d** As circunstâncias que modificam a obrigação tributária, sua extensão e seus efeitos atingem o crédito tributário que dela decorreu.
 - e** A suspensão da exigibilidade do crédito tributário afeta a obrigação tributária respectiva.
- 19.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional sobre lançamento, assinale a alternativa CORRETA.
- a** Nas hipóteses em que o tributo seja calculado tendo por base o preço de bens ou serviços, o fisco arbitrará tal preço para efetuar o lançamento, tendo, entretanto, a obrigação de publicar os critérios utilizados para a definição da tabela, a fim de viabilizar a contestação administrativa dos valores.
 - b** Quando a legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo sem prévio exame da autoridade administrativa ter-se-á o lançamento por homologação, que opera-se pelo ato do contribuinte ou responsável.
 - c** Na falta de outro prazo fixado em lei, o prazo para homologação será de cinco anos, a contar da declaração apresentada pelo obrigado e, expirado tal prazo, sem que o fisco tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento.
 - d** No lançamento por homologação, o pagamento antecipado extingue o crédito, sob condição resolutória da homologação do lançamento, não influenciando sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação praticados pelo obrigado, que busquem a extinção total ou parcial do crédito.
 - e** O declarante poderá, a qualquer tempo, por iniciativa própria, retificar a declaração, a fim de reduzir ou excluir tributo, desde que comprove o erro que pretende corrigir.

- 20.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional sobre a extinção do crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA.
- a** Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo contribuinte em relação ao mesmo ente tributante, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, o fisco, ao determinar a imputação em pagamento, observará, como uma das regras sequenciais a de considerar extinto o crédito primeiro das contribuições de melhoria, depois das taxas e, por fim, dos impostos.
 - b** Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo contribuinte em relação ao mesmo ente tributante, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, o fisco, ao determinar a imputação em pagamento, observará, como uma das regras sequenciais a de considerar extinto o crédito primeiro dos débitos decorrentes de responsabilidade tributária e, em seguida, daqueles por obrigação própria.
 - c** Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo contribuinte em relação ao mesmo ente tributante, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, o fisco, ao determinar a imputação em pagamento, observará, como uma das regras sequenciais a de considerar extinto o crédito extinto na ordem decrescente dos prazos de prescrição.
 - d** Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo contribuinte em relação ao mesmo ente tributante, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, o fisco, ao determinar a imputação em pagamento, observará, como uma das regras sequenciais a de considerar extinto o crédito na ordem crescente dos montantes.
 - e** Proposta a consignação em pagamento, se esta for julgada improcedente, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, vedada a aplicação de penalidades.
- 21.** Com base nas disposições da Lei Estadual n.º 5.529/89 são contribuintes do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação:
- a** Somente o donatário e doador
 - b** Somente o autor da herança
 - c** Podem ser doador e autor da herança
 - d** Autor da herança e donatário
 - e** Donatário e herdeiros e legatários
- 22.** Considerando o conceito de solidariedade tributária contido na lei Estadual n.º 5.529/89 que trata do ITCMD é correto afirmar que:
- a** abrangem os donatários e doadores, excluindo a responsabilidade das instituições financeiras que estejam envolvidas na relação contratual que deu origem ao fato gerador do ITCMD.
 - b** abrange o doador e o donatário, excluindo a responsabilidade de qualquer outro agente que tenha relação direta e indireta com o fato gerador do citado imposto.
 - c** inclui os tabeliães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício.
 - d** exclui a responsabilidade das instituições financeiras e bancárias e todo aquele a quem couber a responsabilidade do registro ou a prática do ato que implique na transmissão de bem móvel ou imóvel e os respectivos direitos e ações.
 - e** não inclui os tabeliães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício, face a responsabilidade pessoal do contribuinte.
- 23.** Sobre a Lei Estadual n.º 5.529/89, no que tange à aplicação de multa em caso de descumprimento de obrigação acessória e principal, após o devido processo administrativo fiscal, é INCORRETO afirmar que:
- a** deixar de requerer inventário ou arrolamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de abertura da sucessão, independentemente do recolhimento do tributo no prazo regulamentar - multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto devido.
 - b** deixar de efetuar o recolhimento do imposto na forma e no prazo fixados - multa de 10% (dez por cento) do valor do imposto devido.
 - c** forjar, adulterar ou falsificar documentos com a finalidade de se eximir, no todo ou em parte, do pagamento do imposto - multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido.
 - d** deixar de apresentar, quando solicitados por autoridade fazendária, documentos necessários para o lançamento do imposto - multa de 600 (seiscentas) UPF-PA.
 - e** deixar de requerer inventário ou arrolamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de abertura da sucessão, independentemente do recolhimento do tributo no prazo regulamentar - multa de 10% (dez por cento) do valor do imposto devido.

24. Os servidores públicos dos Poderes Executivo e Judiciário que, em função dos seus encargos concorrerem para a prática de infração às disposições da Lei Estadual n.º 5.529/89, ficam sujeitos às penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios ou Código Judiciário Estadual, devendo, neste último caso, o Secretário de Estado da Fazenda, para esse efeito, comunicar o fato aos seus superiores hierárquicos. Neste aspecto é correto afirmar que:

- a** as penalidades pelas infrações de caráter doloso previstas na lei do ITCMD, eximem o infrator da ação original competente.
- b** o direito de impor penalidades extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da data da infração.
- c** o direito de impor penalidades extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da data do fato gerador do imposto de transmissão Causa Mortis e doação.
- d** o direito de impor penalidades extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da data do lançamento do imposto de transmissão Causa Mortis e doação.
- e** a imposição da penalidade para o pagamento de multa exime o infrator de cumprimento da obrigação.

25. Quanto à isenção do ITCMD, com base na sua lei instituidora no Estado do Pará, assinale a única alternativa que NÃO constitui caso de isenção.

- a** A aquisição, por transmissão "Causa Mortis", de imóvel destinado exclusivamente à morada do cônjuge supérstite, herdeiros ou legatários, desde que o "de cujus", o cônjuge supérstite, o herdeiro e o legatário não possuam outro imóvel.
- b** A aquisição, por transmissão "Causa Mortis", de imóvel rural com área não superior a vinte e cinco hectares, de cuja exploração do solo dependa o sustento da família dos herdeiros ou do cônjuge supérstite e que tenha cabido por partilha, desde que outro não possua.
- c** A doação de imóvel urbano com objetivo de implantar os programas do governo destinados à moradia popular para pessoas de baixa renda.
- d** A doação de aparelhos, móveis e utensílios de uso doméstico e de vestuário.
- e** A doação de imóvel a entidades religiosas domiciliadas no Estado do Pará que apliquem o produto de seus trabalhos no Estado e atendam às condições dispostas em regulamento.

26. Em relação à base de cálculo do IPVA, na conformidade da Lei Estadual n. 6.017/96, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. O somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos à aquisição de partes e peças e aos serviços prestados, quando se tratar de veículo montado por encomenda de consumidor final, em local diverso do estabelecimento fabricante do chassis.
- II. O valor constante do documento fiscal relativo à operação, acrescido do valor de opcionais e acessórios e das despesas de frete e seguro, quando se tratar da primeira aquisição do veículo por consumidor final, junto ao fabricante, revendedor ou importador.
- III. Poderá a Secretaria Executiva de Estado da Fazenda celebrar protocolo específico com os demais Estados, para uniformização de preços de veículos e fixação da base de cálculo do IPVA.
- IV. O valor divulgado em tabelas elaboradas pelo Departamento de Trânsito do Pará, quando se tratar de veículo adquirido em exercícios anteriores.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é :

- a** I e II
- b** I e III
- c** I, II e IV
- d** I e IV
- e** I, II e III

27. Segundo os ditames da Lei Estadual n.º 6.017/96 no que tange às regras sobre a responsabilidade pelo pagamento do IPVA, julgue as afirmativas em Verdadeiro ou Falso.

- () O adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores ou quando não comunicar a transferência.
- () A solidariedade pelo pagamento do IPVA comporta benefício de ordem.
- () O titular do domínio e/ou o possuidor a qualquer título.
- () Servidor que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição, matrícula, inspeção, vistoria ou transferência de veículo de qualquer espécie sem a prova do pagamento ou do reconhecimento da isenção ou não-incidência do imposto.

A sequência correta é:

- a** V, V, F, F
- b** V, F, V, V
- c** V, F, V, F
- d** F, F, V, V
- e** V, V, V, F

28. No que tange a isenção do IPVA, conforme a Lei Estadual n.º 6.017/96, marque a alternativa que NÃO constitui hipótese de isenção.

- a** Os veículos de propriedade ou posse de turista estrangeiro, portador de Certificado Internacional de Circular e Conduzir, pelo prazo estabelecido nesse certificado, mas nunca superior a um ano, desde que o país de origem adote tratamento recíproco com os veículos fabricados no Brasil.
- b** As embarcações pertencentes a pescador profissional, pessoa física, destinadas à atividade pesqueira artesanal ou de subsistência, comprovada por entidade representativa da classe.
- c** Os veículos utilizados unicamente para transporte de carga no interior de armazéns, de estabelecimento comercial ou industrial e que circulem entre estabelecimentos diferentes do mesmo proprietário.
- d** Os veículos detentores de permissão para transporte público de passageiros (táxis e moto-táxis), desde que seu proprietário seja profissional autônomo habilitado no ramo e detenha a propriedade de apenas um veículo para exercício desta atividade.
- e** Os veículos automotores de uso rodoviário e que estejam fabricados há mais de quinze anos.

29. Há situações em que o IPVA poderá ser dispensado. Quanto à dispensa com regramento na Lei Estadual n.º 6.017/96, julgue as afirmativas abaixo.

- I. A Secretaria Executiva de Estado da Fazenda dispensará o pagamento do imposto quando ocorrer perda total do veículo por furto, roubo ou sinistro.
- II. O requerimento de dispensa do pagamento deverá ser formalizado antes da data prevista para o vencimento do imposto, vedada a restituição de valores já recolhidos.
- III. Na hipótese de recuperação do veículo, a dispensa ficará restrita a todo o exercício financeiro em que o veículo sofreu a perda, compensando nos exercícios vindouros os valores pagos no período.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I e II
- b** I, II e III
- c** I e III
- d** II e III
- e** III e IV

30. No que se refere ao momento de ocorrência do fato gerador do IPVA cobrado no Estado do Pará, conforme os ditames da Lei Estadual n.º 6.017/96, analise as afirmativas abaixo.

- I. Ocorre fato gerador do IPVA na data do registro no DETRAN-PA, em relação a veículo importado diretamente do exterior por consumidor final.
- II. Ocorre fato gerador do IPVA na data da primeira aquisição por consumidor final.
- III. Ocorre fato gerador do IPVA na data da incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador.
- IV. Na data em que ocorrer a perda da não-incidência ou da isenção.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I e II
- b** II e III
- c** III e IV
- d** I e IV
- e** I, II e III

31. No que tange a não incidência do ICMS definida na Lei Complementar 87/96, analise as afirmativas abaixo.

- I. Operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive os produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços.
- II. Operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- III. Com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- IV. Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, II e IV
- b** I, II e III
- c** II, III e IV
- d** II e III
- e** I e IV

32. Consoante os ditames da Lei Estadual n.º 5.530/96, em relação à base de cálculo do ICMS, é CORRETO afirmar que:

- a** não integra a base de cálculo do citado imposto, seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição.
- b** não integra a base de cálculo o frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.
- c** integra a base de cálculo do citado imposto, seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, excluídos os descontos concedidos sob condição.
- d** não integra a base de cálculo o frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio destinatário ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.
- e** não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

33. Sobre a hipótese de incidência do ICMS com base na Lei Complementar n.º 87/96, julgue as afirmativas em Verdadeiro ou Falso.

- () Não incide nas operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- () Incide nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- () Incide nas prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
- () Incide no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

A sequência correta é:

- a** F, V, V, V
- b** V, V, F, F
- c** F, V, V, F
- d** F, F, F, V
- e** F, F, V, V

34. Em relação a ocorrência do fato gerador do ICMS, conforme as normas da Lei Estadual n.º 5.530/89, considera-se o momento:

- a** da saída de mercadoria de estabelecimento do contribuinte.
- b** do recebimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento, excluídos os serviços prestados.
- c** do recebimento de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, no Estado do Pará.
- d** da aquisição de propriedade de mercadoria ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.
- e** do final da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.

35. Analise as afirmativas abaixo relativas à Isenção de ICMS, com regras definidas na Lei Estadual Nº 5.530/89.

- I. As isenções ou outro qualquer benefício fiscal do imposto serão concedidos ou revogados nos termos fixados em convênios celebrados com outros Estados e o Distrito Federal, na forma prevista na legislação complementar pertinente.
- II. A isenção não dispensa o contribuinte das obrigações acessórias e principais.
- III. Quando a isenção do imposto depender de condição a ser preenchida posteriormente, e sendo satisfeita, o imposto será considerado devido no momento em que ocorrer a condição.
- IV. A isenção só dispensa o contribuinte das obrigações principais.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I e IV
- b** I, II e III
- c** I, III e IV
- d** II e III
- e** I e II

36. As alíquotas internas do ICMS exigido no Estado do Pará são aplicadas quando:

- a** a mercadoria for comercializada presencialmente em outra unidade da federação.
- b** da saída da mercadoria ou bens exportados para o exterior.
- c** o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bens ou de serviço estiverem situados neste Estado.
- d** o remetente da mercadoria ou do serviço quando a operação se iniciar no exterior.
- e** da arrematação ocorrida fora do Estado do Pará de mercadoria ou bem apreendido que foram fabricados no Pará.

37. No que tange à alíquota aplicável nas operações e prestações interestaduais e de exportação, definido na lei Estadual que disciplina o ICMS é correto afirmar que:

- a** o CONFAZ, por meio de convênio, definirá as alíquotas, nas operações interestaduais e de exportações.
- b** a Assembleia Legislativa, por meio de lei, estabelecerá as alíquotas nas operações interestaduais e de exportações.
- c** o Senado Federal, através de Resolução, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.
- d** a Câmara Federal, através de lei federal, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.
- e** o Congresso Nacional, através de lei federal, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.

38. Quanto à responsabilidade tributária pelo ICMS, consoante a Lei Estadual nº 5.530/89, podem ser responsáveis tributários:

- I. O leiloeiro, o síndico, o comissário, o inventariante ou o liquidante.
- II. O armazém geral ou estabelecimento congênere, o transportador, o estabelecimento extrator, o produtor, o industrial ou o comerciante atacadista, o possuidor ou o detentor de mercadorias.
- III. Condomínios e incorporadores.
- IV. O exportador de produtos industrializados, em relação aos produtos exportados.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I e II
- b** I, II e III
- c** III e IV
- d** II, III e IV
- e** I, II, III e IV

39. Segundo a Lei Estadual nº 5.530/89, também podem ser considerados contribuintes do ICMS, mesmo sem intuito comercial ou habitualidade:

- I. O sujeito passivo que importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade.
- II. O sujeito passivo que seja destinatário de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- III. sujeito passivo que adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados.
- IV. sujeito passivo que adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica, oriundos de outros Estados, quando destinados à comercialização ou à industrialização.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, III e IV
- b** I e II
- c** I, II e III
- d** III e IV
- e** I e IV

40. Em relação aos ditames da Lei Estadual n.º 5.530/89 quanto ao regramento da substituição tributária, é correto afirmar que:

- a** fica excluída a condição de responsável pela arrecadação e pagamento do imposto, na condição de substituto tributário o produtor, extrator, gerador, industrial, distribuidor, comerciante, transportador ou outra categoria de contribuinte.
- b** fica atribuída a condição de responsável pela arrecadação e pagamento do imposto, na condição de substituto tributário o arrendatário, mediante contrato de arrendamento, em relação a mercadoria depositada por contribuinte.
- c** fica excluída a condição de responsável pela arrecadação e pagamento do imposto, na condição de substituto tributário o contratante do serviço ou terceiro que participe da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- d** a responsabilidade dar-se-á em relação às mercadorias, bens ou serviços e exclui a responsabilidade solidária do contribuinte substituído pela satisfação integral ou parcial da obrigação tributária, nas hipóteses de erro ou omissão do substituto.
- e** a responsabilidade poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subsequentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual, nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, que seja contribuinte do imposto.

41. Por força da Lei Estadual n.º 5.530/89, considera-se, o local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, em caso de mercadoria ou bem:

- I. O do estabelecimento onde se encontre a mercadoria no momento da ocorrência do fato gerador.
- II. Do produto ou mercadoria importado do exterior, o do domicílio do remetente, quando não estabelecido.
- III. Onde se encontre a mercadoria, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária.
- IV. O do estabelecimento que transfira a propriedade da mercadoria, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I e II
- b** I, II e III
- c** III e IV
- d** I, III e IV
- e** I, II, III e IV

42. Analise as afirmativas abaixo, de acordo com o que preconiza a Lei do ICMS do Estado do Pará.

- I. Os atos praticados para efeito de apuração e recolhimento do imposto são de exclusiva responsabilidade do sujeito passivo, operando-se o lançamento por homologação.
- II. Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não-tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
- III. Os atos praticados para efeito de apuração e recolhimento do imposto são de exclusiva responsabilidade do sujeito passivo, operando-se o lançamento por declaração.
- IV. Os atos praticados para efeito de apuração e recolhimento do imposto são de responsabilidade solidária entre o sujeito ativo e passivo, operando-se o lançamento por declaração.

A alternativa que contém todas as afirmações corretas é:

- a** I e III
- b** II e IV
- c** I e II
- d** II, III e IV
- e** I, II e III

43. Conforme regramento da lei do ICMS no Estado do Pará o sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado, sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

- a** for objeto de saída ou prestação de serviço tributada, isenta ou com redução de base de cálculo, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- b** for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante for tributada, ou estiver isenta do imposto ou beneficiada com a redução de base de cálculo.
- c** vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- d** vier a ser utilizada na atividade fim do estabelecimento.
- e** existir, por qualquer motivo, operação posterior.

44. No que tange às regras sobre creditamento de ICMS no Estado do Pará, é correto afirmar que:

- a** as obrigações são consideradas vencidas na data do fato gerador e são liquidadas por compensação ou mediante pagamento em dinheiro.
- b** as obrigações são consideradas liquidadas por compensação até o montante dos créditos escriturados no mesmo período, mais o saldo credor de período ou períodos anteriores, até o limite de 12 meses, se for o caso.
- c** se o montante dos créditos superar os dos débitos, a diferença será liquidada em até 3 meses, não se permitindo qualquer devolução ao contribuinte de créditos não compensados.
- d** se o montante dos créditos superar os dos débitos, a diferença será transportada para o período seguinte, sendo permitida a compensação até o limite de 3 meses.
- e** se o montante dos débitos do período superar os dos créditos, a diferença será liquidada dentro do prazo fixado em regulamento.

- 45.** Em relação à Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM, regulada pela Lei Estadual n.º 7.591/11, assinale a alternativa INCORRETA.
- a** Os contribuintes da TFRM remeterão à SEFA, na forma, prazo e condições estabelecidas em regulamento, informações relativas à apuração e ao pagamento da TFRM.
 - b** Compete à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, a fiscalização tributária da TFRM, cabendo à SEICOM, no exercício de suas atribuições legais, exigir a comprovação do seu pagamento.
 - c** Sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os documentos emitidos pelo contribuinte, a autoridade lançadora, mediante processo regular, homologará o valor da TFRM, conforme disposto em regulamento.
 - d** A não entrega, a entrega fora do prazo ou a omissão ou indicação, de forma incorreta, das informações a que se refere o caput sujeita o infrator a multa de 20.000 (vinte mil) UPF-PA por declaração, sem prejuízo da exigência da TFRM devida.
 - e** Constatada infração relativa à TFRM, cabe a SEICOM lavrar o Auto de Infração para a formalização do crédito tributário, assegurada a ampla defesa, observada a tramitação e os procedimentos previstos na Lei nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o procedimento administrativo tributário do Estado do Pará.
- 46.** No que concerne às disposições da Lei Complementar n.º 24/75, é correto afirmar que:
- a** os convênios estabelecidos pela Lei Complementar n.º 24/75, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes escolhidos pelos Estados e Distrito Federal.
 - b** as reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação sendo que as decisões serão acatadas por Estado e Distrito Federal.
 - c** a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão de 3/5 (três quintos) dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de 4/5 (quatro quintos), pelo menos, dos representantes presentes.
 - d** os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas Unidades da Federação.
 - e** dentro de 15 (quinze) dias, contados da data final da reunião para concessão de benefício fiscal, a resolução nela adotada será publicada no Diário Oficial da União.
- 47.** Em relação às normas do procedimento administrativo fiscal previstos na Lei Estadual n.º 6.182/98, é correto afirmar que:
- a** o procedimento administrativo tendente à imposição tributária tem início, cientificado o sujeito passivo ou seu preposto, com o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor, ainda que competente, inclusive o relativo à apreensão de mercadoria, documento ou livro, ressalvado o caso de fiscalização em profundidade.
 - b** o início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação às infrações anteriores e, dependentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.
 - c** na hipótese de fiscalização em profundidade, o fim da ação fiscal dar-se-á após a entrega dos documentos solicitados pela autoridade competente.
 - d** os termos decorrentes da atividade fiscalizadora serão lavrados sempre que possível, em livro fiscal, extraído-se cópia para anexação ao expediente, e não sendo possível em livro fiscal, em qualquer outro documento, entregando-se cópia à pessoa sob fiscalização.
 - e** a espontaneidade se restabelecerá pelo prazo de sessenta dias, para eliminar irregularidades relativas ao cumprimento de obrigação pertinente ao imposto, caso a fiscalização não se conclua no prazo de cento e oitenta dias, contados da data em que ocorrer o recebimento pela autoridade fiscal de todas as informações e documentos solicitados ao contribuinte.
- 48.** No que tange ao indeferimento da impugnação, sem apreciação de mérito, conforme a Lei Estadual n.º 6.182/98, analise as afirmativas abaixo:
- I. A impugnação será indeferida, sem apreciação do mérito, quando a parte for manifestamente ilegítima ou deixar de fazer prova de sua capacidade, conforme determina a Lei Estadual n.º 6.182/98.
 - II. A impugnação será indeferida, sem apreciação de mérito, quando o pedido for intempestivo ou o pedido questionar a constitucionalidade ou a validade da legislação tributária.
 - III. Também será indeferida, sem apreciação de mérito, quando o pedido alegar a decadência ou prescrição do crédito tributário.
 - IV. A impugnação será indeferida, sem apreciação de mérito, quando o pedido questionar a competência da Autoridade Fiscal que constituiu o crédito.
- A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:
- a** I, II e III
 - b** II e IV
 - c** II e III
 - d** I e II
 - e** III e IV

49. Conforme disposições da Lei Complementar n.º 58/06, constitui direito do contribuinte:

- I. A informação sobre os prazos de pagamento e reduções de multa, quando autuado.
- II. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de seu interesse, observado o prazo de quinze dias pela autoridade competente para fornecimento das informações e certidões solicitadas.
- III. A faculdade de, independente do pagamento de taxas, apresentar petição aos órgãos públicos para defesa, se assim o desejar.
- IV. A obtenção de certidão positiva com efeito de negativa, independente de garantia do crédito tributário.

A alternativa que contém todas as afirmações corretas é:

- a** I e III
- b** II e IV
- c** I e II
- d** II, III e IV
- e** I, II e III

50. Em relação às disposições da Lei Estadual Nº 6.182/98, analise as afirmativas abaixo.

- I. A Julgadoria de Primeira Instância, a nível de Diretoria, que será o responsável pelo julgamento em primeira instância, cuja estrutura, composição e forma de funcionamento constarão em normas de organização interna da Secretaria de Estado da Fazenda.
- II. O Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART), vinculado diretamente ao Governador do Estado, em caráter exclusivamente administrativo, que será o responsável pelo julgamento em grau de recurso e em segunda e última instância.
- III. Além de outras competências previstas na Lei Estadual n.º 6.182/98, compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, em sessão plenária, aprovar proposta de Regimento Interno ou de alteração deste, a ser submetido ao Chefe do Poder Executivo.
- IV. O Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART), vinculado diretamente ao Governador do Estado, em caráter exclusivamente administrativo, que será o responsável pelo julgamento em grau de recurso e em segunda e última instância, de todas matérias fiscais e constitucionais tributárias.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I e II
- b** II e III
- c** I e III
- d** II, III e IV
- e** I, II e IV

51. De acordo com o PMBOK, o gerenciamento de um projeto é composto por nove áreas de conhecimento, as quais representam o que deve ser observado pelo gerente em todo o ciclo de vida do projeto. A Alternativa que descreve CORRETAMENTE a área de conhecimento é:

- a** Gerenciamento de Integração: Essa área de conhecimento lida com o planejamento, a criação, a proteção e a realização do escopo do projeto.
- b** Gerenciamento de Qualidade: Todo projeto possui riscos. Essa área de conhecimento focaliza o planejamento, a análise, a monitoração e o controle de riscos.
- c** Gerenciamento de Aquisições: Esta área de conhecimento gira em torno do planejamento, da garantia e do controle de qualidade.
- d** Gerenciamento de Recursos Humanos: A maior parte do tempo de um gerente de projeto é gasto com a comunicação, a qual é dada ênfase nesta área de conhecimento.
- e** Gerenciamento de Tempo do Projeto: Esta área de conhecimento abrange atividades, suas características e como elas se encaixam ao planejamento do projeto para que seja cumprido o cronograma do mesmo.

52. Dentre as habilidades gerais de gerenciamento que são necessárias na gestão de projetos, afirma-se que a ____ (1) ____ é importante para que o gestor estabeleça a direção e consiga alinhar as pessoas. A ____ (2) ____ permite que se possa trabalhar com outras pessoas de tal forma que se possa chegar a acordos mutuamente benéficos e justos. Por fim, a ____ (3) ____ permite que possam ser identificados possíveis entraves para o andamento do projeto através de tomadas de decisões.

As informações que substituem os espaços numerados de 1 a 3 na sequência estão descritas na alternativa :

- a** 1- Influência na Empresa, 2 - Negociação; 3 - Comunicação
- b** 1 - Negociação; 2 - Liderança; 3 - Solução de Problemas
- c** 1 - Liderança; 2 - Negociação ; 3- Solução de Problemas
- d** 1 - Comunicação; 2 - Influência na Empresa; 3 - Liderança
- e** 1 - Solução de Problemas; 2 - Liderança; 3 - Comunicação

- 53.** Com relação às notações e linguagens utilizadas para realizar a modelagem de Processos de Negócio, é correto afirmar que:
- a** a rede de Petri possui a característica de ser um modelo sem ambiguidade e com forte embasamento matemático, principalmente na utilização de grafos para a representação de processos.
 - b** a rede de Petri possui a característica de ser uma notação baseada em atividades com o intuito de apoiar a Engenharia de Software.
 - c** o Diagrama da UML utilizado para a modelagem de processos é o diagrama de sequência, o qual as atividades são expressas nas sequências de ações que podem ser realizadas em um determinado processo.
 - d** o Diagrama da UML utilizado para a modelagem de processos é o diagrama de fluxo de dados, que permite verificar o fluxo das informações, processos e depósitos de dados relacionados aos mesmos.
 - e** o Diagrama de Processos de Negócios, também conhecido como BPMN, está relacionado principalmente aos processos definidos na Engenharia de Software, exibindo depósitos de dados, atividades, resultados e relacionamento entre objetos.
- 54.** Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. Qualquer empresa, independente de tipo e porte, deve ter um planejamento estratégico bem definido e processos operacionais alinhados ao plano estratégico.
- II. O objetivo da Governança Corporativa é criar mecanismos eficientes de gestão, monitoramento e controle para garantir as decisões dos executivos e os processos empresariais estejam alinhados com os interesses dos proprietários e/ou acionistas.
- III. O Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação proporciona recomendações e práticas para atender aos requisitos de Governança Corporativa.
- A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:
- a** I
 - b** II
 - c** III
 - d** I e II
 - e** I, II e III
- 55.** O Balanced Scorecard (BSC) é uma abordagem de gestão estratégica que tem como um dos seus objetivos:
- a** formular um plano de tratamento de riscos que identifique ações gerenciais, recursos, responsabilidades e prioridades.
 - b** estabelecer a linha de base inicial de um projeto de software.
 - c** fornecer um guia para planejar melhorias em um determinado serviço.
 - d** controlar a comunicação corporativa.
 - e** traduzir a estratégia da empresa em termos operacionais.
- 56.** A estrutura de planejamento na maior parte das bases de dados segue três modelos lógicos de bases de dados. São eles:
- a** hierárquico, rede e relacional
 - b** empresarial, departamental e distribuído
 - c** normalizado, não normalizado e padronizado
 - d** tático, estratégico e global
 - e** estratégico, empresarial e hierárquico
- 57.** Leia as afirmativas e assinale a alternativa correta.
- I. A _____ é o processo reversível de conversão de uma mensagem em um código secreto.
- II. A _____ é uma técnica de conversão de um texto original em código utilizada para verificar a identidade do emissor.
- A Alternativa que substitui corretamente os espaços em branco nas afirmativas é:
- a** I – LAN; II – Telnet
 - b** I – criptografia; II – Telnet
 - c** I – criptografia; II – LAN
 - d** I – criptografia; II – Assinatura Digital
 - e** I – Assinatura Digital ; II – criptografia
- 58.** Para a coleta, ao processamento e à distribuição de dados entre dispositivos computacionais é dado o nome de:
- a** Telecomunicação
 - b** Comunicação degenerada
 - c** Comunicação de dados
 - d** Comunicação assíncrona
 - e** Comunicação síncrona

Leia as premissas abaixo para responder à questão 59.

I.	Portal Colaborativo é uma plataforma tecnológica que reúne um conjunto de ferramentas de comunicação, colaboração, conhecimento e produtividade, e que é capaz de: proporcionar às empresas a infraestrutura necessária para dar apoio nas transformações de seus modelos de negócios; prover dados, informações, conhecimentos, e; promover a interação entre profissionais, clientes, parceiros e fornecedores que compartilham de interesses comuns, em uma única interface Web, portanto
II.	é um site, destinado às organizações, e que possui um único ponto de acesso para todas as fontes de informações, sejam elas estruturadas ou não.

59. Com base nas premissas é correto afirmar que:

- a) a premissa II completa perfeitamente a premissa I.
- b) a premissa II está correta, no entanto, a premissa I está errada.
- c) O texto está errado, pois a premissa II está falsa e a premissa I está correta.
- d) ambas as premissas estão erradas.
- e) Tanto a premissa I quanto a premissa II estão corretas, todavia, a premissa II não complementa a premissa I.

60. Sobre o objetivo do Business Intelligence (BI), leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Extrair e integrar dados de múltiplas fontes.
- II. Analisar informações contextualizadas, num nível de totalização e agrupamento maior.
- III. Identificar relações de causa e efeito.
- IV. Desenhar cenários, criar simulações e estudar tendências.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II, III e IV

